

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 2.008, DE 2011

Denomina “Anel Rodoviário Helena Greco” o anel rodoviário de Belo Horizonte, trecho Entr. MG-437/MGT-262 – Entr. BR-040/135/262/381 – Entr. BR-040/BR-356 – na BR-262/381/040, no Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Autor: Deputado GABRIEL GUIMARÃES

Relator: Deputado VITOR PENIDO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, elaborado pelo nobre Deputado Gabriel Guimarães, pretende denominar “Anel Rodoviário Helena Greco” o anel rodoviário que envolve a cidade de Belo Horizonte e os entroncamentos com as rodovias federais, que são as BR-262, BR-381, BR-040 e com as rodovias estaduais MG-437 e a MG- 262, no Estado de Minas Gerais.

Nos termos do art. 32, XX, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a este órgão técnico pronunciar-se sobre **“assuntos referentes ao sistema nacional de viação e aos sistemas de transportes em geral”**. Quanto ao mérito da homenagem cívica, compete à Comissão de Educação e Cultura manifestar-se, nos termos da alínea “f” do inciso IX do mesmo dispositivo regimental.

Durante o prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O nobre Deputado Gabriel Guimarães pretende homenagear a Sr^a Helena Greco, nascida na cidade mineira de Abaeté, no ano de 1916. Graduada em Farmácia pela Universidade de Minas Gerais, Helena Greco se destacou na luta pelos direitos humanos, fundou o Movimento Feminino pela Anistia, em Minas Gerais, e o Comitê Brasileiro de Anistia. A homenageada atuava em diversas atividades, todas elas ligadas ao movimento de direitos humanos e cidadania. Foi agraciada com o Prêmio Chico Mendes de Resistência, com o Prêmio Cidadania Mundial e com o Prêmio Che Guevara, entre outros. Helena Greco faleceu em 27 de junho de 2011, em Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais.

O anel rodoviário em questão é fundamental para interligar as rodovias federais em análise e que já estão inclusas no item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, constante do anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprovou o Plano Nacional de Viação (PNV).

No âmbito da competência da Comissão de Viação e Transportes, cabe registrar que o projeto de lei sob análise é amparado pelo art. 2º da Lei nº 6.682, de 27 de agosto de 1979, que dispõe sobre a denominação de vias e estações terminais do PNV, cujo dispositivo é o seguinte:

“Art. 2º Mediante lei especial, e observada a regra estabelecida no artigo anterior, uma estação terminal, obra de arte ou trecho de via poderá ter, supletivamente, a designação de um fato histórico ou de nome de pessoa falecida que haja prestado relevantes serviços à Nação ou à Humanidade.”

Diante do exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 2.008, de 2011.

Sala da Comissão, em de de 2012.

Deputado VITOR PENIDO
Relator